

## Sindsep/MA participou de reunião que buscou avanços significativos em Mesa Setorial no MGI

O Sindsep/MA por meio do diretor da Secretaria de Formação, Manoel Cecílio, esteve com representantes de outras entidades sindicais em Brasília na última segunda-feira, 23, para participarem de reunião da Mesa Setorial da Saúde, que aconteceu no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

No debate foram incluídas reivindicações específicas do HFA, HCE, HMASP, Ministério da Saúde, Funasa e combate às endemias. O secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI, José Feijó, participou do encontro, além de representantes do Segepe e dos ministros da Saúde e da Defesa.

Os servidores apresentaram a pauta de reivindicações dos órgãos da saúde, inclusive uma proposta já consolidada de estrutura remuneratória dos cargos da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), que segue a linha de carreiras transversais. Feijó afirmou que será feita avaliação do pleito a partir do que foi apresentado, dando posteriormente o encaminhamento necessário. A categoria ainda cobrou a instalação da mesa nacional e de mesas locais de negociação da Saúde para que as pautas possam ser mais bem debatidas. O governo afirmou que a Portaria de instalação será editada em breve.

Foi apresentada ainda demanda de inclusão dos servidores civis do HCE no plano de carreira da Ciência e Tecnologia, em função de uma Portaria (023/DCT/2020) editada pelo Ministério da Defesa. Foi também levantado o assunto do pagamento da GC dos servidores da base do Comando Militar do Rio de Janeiro. Vários filiados encontram-se sem

o devido reajuste dos 9% desde maio deste ano na referida rubrica.

### Assédio moral será combatido

Já servidores do HFA tem a transposição dos celetistas para o Regime Jurídico Único (RJU) como uma de suas pautas prioritárias, além da necessidade de abertura de concurso para o HFA. A categoria ainda relatou casos de assédio moral sofridos por servidores civis. Feijó afirmou que foi criado um grupo de trabalho que interinstitucional que está em curso para implantar o combate ao assédio moral no âmbito do serviço público e que até dezembro medidas de combate já serão implantadas.

### MS e Funasa

Dois dos setores que reúnem o maior número de servidores, Funasa e MS tiveram levantadas as seguintes demandas:

PEC 101/19: Gestão para aprovação da PEC 101/19 que concede plano de saúde aos agentes de saúde pública e guardas de endemia da ex-Sucam.

Tempo Insalubre em Tempo Comum: Foi solicitado ao MGI que faça gestão junto ao Ministério da Saúde na elaboração do PPP, ao mesmo tempo em que o MS faça gestão junto aos núcleos estaduais, pois só assim serão atingidos os objetivos. A elaboração do PPP garante a averbação do tempo insalubre em tempo comum, onde os servidores estariam aptos a se aposentar ou requerer o abono de permanência.

Licença-Prêmio: A categoria relatou ainda demora na concessão administrativa de aposentadorias em alguns estados, podendo a espera chegar até três

anos. Além disso, representantes do governo foram alertados sobre a obrigatoriedade do servidor usufruir a Licença-Prêmio antes de se aposentar. A Condsef/Fenadsef vai formalizar um pedido para que o governo pague administrativamente a licença, o que seria mais vantajoso também para o governo que evitaria que o servidor entre na Justiça onerando ainda mais os cofres públicos. Foi solicitado ao MS uma orientação ou fundamentação legal sobre obrigar o servidor a usufruir a licença-prêmio antes de se aposentar.

### Piso Nacional da Enfermagem

Quanto a reivindicações relativas ao Piso Nacional da Enfermagem, Feijó reafirmou que o governo seguirá entendimento da AGU e CGU, considerado adequado ao posicionamento do STF. Presente à reunião, o advogado do Sindsef-RO, Tiago Wagner, ponderou que a decisão final proferida pelo STF somente admitiu que a interpretação dada a lei seja pela aplicação do piso à base da remuneração total dos trabalhadores (iniciativa privada ou pública).

Dessa forma, isso não impede que governo aplique pagamento maior, inclusive com o pagamento do piso estabelecido incidente sobre o Vencimento Básico dos servidores. A concessão do piso como vencimento básico é uma questão política e de gestão do governo, não havendo impedimento legal ou até mesmo na interpretação apresentada pelo STF, ao passo em que tal valor é o mínimo, por isso o nome piso, a ser garantido aos trabalhadores.

Com informações repassadas pela Condsef.



## 7,4 milhões de pessoas estão em teletrabalho e têm renda maior

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou nesta quarta-feira (25), o resultado do módulo inédito “Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)”. O resultado mostra que cerca de 7,4 milhões de pessoas exerceram teletrabalho no ano passado. O teletrabalho é um subgrupo do trabalho remoto.

Os que exerciam em 2022 o trabalho remoto, incluindo os que estavam em teletrabalho, somam 9,5 milhões de pessoas, o que representava 9,8% do total de ocupados que não estavam afastados do trabalho.

Em 2022, havia 2,1 milhões de pessoas que estavam em trabalho remoto, mas não estavam em teletrabalho, pois não usavam equipamentos de TIC (computadores, celulares, notebooks, Wi-fi, Bluetooth e Inteligência Artificial), para realizarem as suas tarefas.

“Para ser considerado trabalho remoto, é preciso que o trabalho seja realizado em ambiente alternativo ao local padrão de trabalho, ou seja, em local diferente daquele em que tipicamente se esperaria que fosse executado, considerando tanto a ocupação exercida pela pessoa quanto a sua posição na ocupação. Vamos supor que uma pessoa trabalhe por conta pró-

pria, em sua casa, na produção de pães e bolos para vender. Como o próprio domicílio é o lugar de funcionamento de seu negócio, para essa pessoa, trabalhar no domicílio não é considerado trabalho remoto. Já o teletrabalho é uma subcategoria do trabalho remoto, ocorrendo quando se utilizam equipamentos TIC para realizar as tarefas do trabalho”, explica Gustavo Fontes, analista da pesquisa.

### Renda no teletrabalho

O rendimento médio da população ocupada no país foi de R\$ 2.714 em 2022, mas entre aqueles que realizaram pelo menos um dia de teletrabalho no período de referência, o rendimento era 2,4 vezes maior do que essa média: R\$ 6.479. Já entre os não trabalhadores desse modo, o rendimento era abaixo da média: R\$2.398.

O analista da pesquisa resalta que essa diferença não nasce necessariamente do uso do teletrabalho. “É uma correlação com o tipo de ocupação que favorece essa modalidade de trabalho, que tende a pagar salários mais altos. É o caso, por exemplo, daquelas ocupações com maiores proporções de trabalhadores realizando o teletrabalho, como os gerentes e profissionais das ciências e intelectuais”, explica Gustavo.

Fonte: CUT



### ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO - EBSEH/MA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2023

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários e convida os(as) demais empregados(as) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH/MA, para participarem da Assembleia por Local de Trabalho, no dia 31 de outubro de 2023, às 12:00 horas, no pátio do Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 - Centro, nesta, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Aprimorar a pauta de reivindicação para discutir na Plenária Nacional da CONDSEF em novembro/2023; 2- Eleição de delegados; 3- Informações sobre os Gtts e 4- Informativo sobre Feriado.

São Luís - MA, em 25 de Outubro de 2023.

João Carlos Lima Martins,  
Presidente.